



SINTRAJUSC

NOTÍCIAS

Sindicato dos Trabalhadores
no Poder Judiciário Federal
no Estado de Santa Catarina

14 a 18 de janeiro de 2008
Número 811

Verão para descansar e planejar 2008

Filiados e dependentes aproveitam nova sede social do Sindicato

Fotos: Miriam Santini de Abreu



Local tem apartamentos novos e áreas de lazer reformadas

Ano começa
sem o pagamento dos
quintos no TRT e TRF



Ederson, da Vara do Trabalho de Joinville, passa temporada com a família

Página 3

www.sintrajusc.org.br

Nova sede social atrai filiados

Apartamentos novos e mais segurança estão entre as mudanças



Temperatura pouco acima dos 30 graus e cenário ideal para tomar banho de mar ou ficar sob o sol, mas Liliane Toldo Cunha Oldra estuda a Constituição Federal.

Técnica judiciária na 1º Vara do Trabalho de Chapecó, ela aproveita as férias e, ao mesmo tempo, aprimora os conhecimentos para fazer o concurso para analista judiciária no TRT.

Como Liliane, outros trabalhadores da base do Sindicato aproveitam o verão na sede social do SINTRAJUSC, na Praia do Campeche, em Florianópolis, reformada e inaugurada em dezembro passado. A servidora, que veio com 2 dos 3 filhos, já ocupava a sede anterior, e entre as principais melhorias relacionou os novos acessos para carga e descarga e a boa organização dos apartamentos.

Segurança

Luiz e Zenilda Accordi, acompanhados da filha Priscila e de uma afilhada, também aproveitam a temporada em um dos apartamentos para visitar praias da Capital. “É importante ter tempo para si mesmo e para a família, e aqui a gente se sente seguro, é tudo murado, dá até para dormir com a janela aberta”, diz Luiz, que trabalha em Jaraguá do Sul e filiou-se ao Sindicato assim que

entrou no serviço público federal, há quase 19 anos.

Para quebrar a rotina e revigorar a energia, Gerson Henrique Franco de Macedo, que atua na Vara do Trabalho de Mafra, foi outro servidor que também trouxe a família para passar uma temporada na sede social do SINTRAJUSC. “As unidades ficaram ótimas, com móveis novos, e agora há mais espaço”, comenta. Já Ederson Carvalho de Souza, da 5º Vara do Trabalho de Joinville, além de frequentar outras praias da Capital, também aproveita a estadia para fazer tratamento dentário.

Expectativas

Tempo de parar e de refletir. Para Liliane, entre as lutas do SINTRAJUSC em 2007 o destaque ficou com a saúde. “O pessoal do Sindicato investiu nesse tema, esclareceu o servidor, que precisa de atenção. Não adianta só cobrar rendimento, tem que dar condições de trabalho”, diz ela. Para 2008, a expectativa da servidora é a implantação completa do PCS e o fortalecimento cada vez maior do Sindicato através do reforço dos vínculos entre os servidores da Justiça Federal, do Trabalho e Eleitoral.

Já Accordi, que tem verbas atrasadas a receber, resultantes de ações judiciais, teme prejuízos por causa do fim da CPMF e dos possíveis cortes nos gastos públicos. “Sempre que isso acontece, o governo mexe com o funcionalismo.”

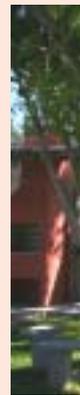
Ederson, de Joinville, acrescenta que a luta por um plano de saúde melhor também é importante, especialmente para quem trabalha no interior do Estado, onde a disponibilidade de médicos não é tão grande quanto na Capital.



Luiz e Zenilda e, abaixo, Liliane e o filho Guilherme; no detalhe, tempo para estudo



Bianca, Andréia e Gerson: temporada quebra rotina



Os
têm à
dois b
conju
A s
lazer
churr
regula
págin
(www
Cac
tempo
depen
de pa
SINTR
O S
frequê

Des



Apose
anos,
família
Sindica

Reserva do local é feita na internet



filiação e filiadas, dependentes e convidados em disposição oito apartamentos distribuídos em blocos. Cada apartamento possui cozinha e sala de estar, quarto e banheiro.

Além disso, o condomínio dispõe de um campo de futebol suíço, área de recreação infantil, dois quiosques externos com churrasqueiras e área de estacionamento. O regulamento para uso do espaço está publicado na página do Sintrajusc na internet (www.sintrajusc.org.br).

Qualquer membro da filiação pode reservar até dez dias durante a semana para a utilização da sala de estar. A taxa diária é de R\$ 5,00 para dependentes e filiados, mediante o desconto em folha de pagamento através de convênio com o Sintrajusc, e R\$ 10,00 para convidados. O sindicato anotou e vai avaliar as sugestões dos dependentes da sede social.

Destaque



O presidente do setor de segurança do TRT há 16 anos, Lucemar Marques Cardoso também levou a cabo uma viagem para ficar uma semana na sede social do sindicato.

Só o TRE acerta parte da dívida dos quintos

2007 terminou sem a esperada notícia do pagamento dos quintos no TRT e no TRF.

Apenas o TRE acertou a dívida, e o fato é que os demais Tribunais poderiam ter colocado em dia parte do que devem aos servidores. No final de dezembro, a diretoria do SINTRAJUSC reuniu-se com o Presidente do TRT e com diretores do TRE para discutir a aplicação das sobras orçamentárias e reivindicar que fossem aplicadas no pagamento das pendências.

O TRT baseou-se em um ofício do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) que trata da suplementação de crédito de pessoal e da forma de aplicação da sobra orçamentária. Apesar de o ofício mencionar que a ordem de aplicação da sobra era prioritária, e não exclusiva e nem específica, o TRT decidiu ignorar a possibilidade de pagamento dos quintos.

Exceções

Já o TRE teve uma interpretação diferente. Entendeu-se que a incorporação dos quintos e seus atrasados está amparada em decisão plenária do Tribunal e também tem respaldo em decisão proferida pelo TCU. Uma vez que havia disponibilidade de orçamento, o TRE pagou parte dos quintos, por entender que, além das decisões do TRE e do TCU, esse débito não se inclui entre os vetos impostos pelo Conselho Nacional de Justiça, e pode ser enquadrado nas exceções (verbas já apreciadas pelo STF).

O assessor do sindicato, Washington Luiz Moura Lima, fez um estudo do Banco de Dados da Execução Orçamentária e Financeira da União até 31 de dezembro de 2007, e constatou que havia um saldo de R\$ 7,9

milhões para as despesas de pessoal no TRT da 12ª Região, sendo que apenas R\$ 263 mil para o pagamento de aposentadorias e pensões, de expressivos R\$ 7,2 milhões para a Contribuição da União à Previdência dos Servidores e outros R\$ 376 mil para o pagamento de pessoal ativo.

Como o Tribunal não havia feito nenhum pagamento de passivos, e como não há praticamente saldo para o pagamento de pessoal ativo, pode-se deduzir que o saldo que havia no final de 2007, de aproximadamente R\$ 15 milhões, foi utilizado para o pagamento de adiantamentos da folha de 2008. Já outros Tribunais no país pagaram retroativos de quintos e de juros da ação dos 11,98%, medida autorizada pelo CNJ, deixando de usar os recursos para adiantamentos da folha de 2008.

Dívida só cresce

Ao optar por executar parte importante do orçamento de 2008 em 2007 (adiantamento de férias, por exemplo), o TRT da 12ª Região se alinhou com os Tribunais que seguiram na íntegra a orientação do CNJ, que, ao não respeitar a ordem de antiguidade para o pagamento dos passivos e ignorar o fato de que o saldo orçamentário decorreu de previsão vinculada à aprovação do PCS, se orientou pela represália aos servidores em razão do ajuizamento da ação popular que sustou o pagamento de atrasados do ATS aos Juízes.

Do mesmo modo se comportou o TRF da 4ª Região, sendo que a exceção a merecer aplausos é o TRE/SC. Não é demais lembrar que a dívida de quintos continua crescendo e que medidas como a devolução de verba orçamentária não irão quitá-la.

Prêmio



O SINTRAJUSC entregou no dia 20 de dezembro, a Maria de Fátima Dagostim Gregório, a “mala” simbólica que ratificou o direito ao prêmio de uma viagem com acompanhante a um de três destinos turísticos (Império Inca, no Peru, Isla Margarita, na Venezuela, ou Aruba, no Caribe). A entrega foi feita na residência da filiada, que mora em Criciúma, Sul do Estado. O prêmio foi sorteado no dia 15 de dezembro, durante a festa de confraternização do Sindicato realizada em Florianópolis. Maria de Fátima é servidora aposentada da 2ª Vara da Justiça do Trabalho, órgão no qual entrou em 1980, e aposentou-se em 2002. Ela é filiada ao SINTRAJUSC desde setembro de 1995.

Sintrajusc e Sesc fazem convênio

O Sintrajusc e o Sesc fizeram convênio para oferecer novos serviços e atividades aos filiados, cônjuges e filhos até 21 anos. Os filiados devem ir até o SESC fazer o cadastro, levando identificação do Sintrajusc (carteirinha), documentos pessoais (CPF, identidade e foto recente) e comprovante de residência. O cadastro será feito na modalidade USUÁRIO, com até 10% de desconto sobre as taxas. Mais informações na página do SINTRAJUSC.

Concurso público

Sindicato questiona TRT sobre empresa contratada

A Coordenadora Geral do SINTRAJUSC, Denise Zavarize, protocolou requerimento no TRT da 12ª Região no qual questiona a escolha da empresa que vai fazer o concurso público para provimento de cargos marcado para 30 de março.

A justificativa é que a empresa – Instituto Cetro, de São Paulo – tem pouca atuação em concursos do mesmo porte e da mesma natureza, e que há outras empresas com maior qualificação e experiência na mesma área.

No requerimento, o SINTRAJUSC pede que sejam tomadas providências urgentes para cancelar o concurso, e lembra que problemas em outro concurso foram alvo de uma ação popular em 2002.

Pesquisa realizada no sítio eletrônico da empresa contratada revela que o Instituto Cetro tem experiência em concursos públicos em empresas de economia mista, fundações e prefeituras municipais, mas não organizou concurso público no Poder Judiciário Federal. O contrato do TRT com a empresa foi firmado em 7 de dezembro do ano passado.

A preocupação do Sindicato também avança em relação a detalhes do edital divulgado pelo TRT. Ao elencar os conhecimentos específicos para o cargo de analista judiciário, área administrativa, o edital não especificou a ementa do item *noções de administração de recursos materiais*.

Além disso, diz Denise, causa estranheza o fato de a validade do

concurso ser de um ano, prorrogável por idêntico período, sendo que o número de vagas e a validade reduzidos darão ao concurso uma repercussão menor do que a merecida.

Na ação popular de 2002, o Sindicato buscava a declaração da nulidade de uma prova prática de informática do concurso público para provimento, dentre outros, dos cargos de Analista Judiciário e Técnico Judiciário para o TRT. O sindicato apontava diversas irregularidades na aplicação da prova, que feriam a Constituição Federal e o princípio da igualdade e da oportunidade.

No mérito, a União defendeu a ausência de irregularidades apontadas e violação ao princípio da igualdade e de prática lesiva aos cofres públicos, uma vez que os melhores candidatos haviam sido nomeados, treinados e exerciam regularmente suas funções.

O MPF se manifestou na ação, afirmando que as irregularidades estavam provadas, e sugeriu que se garantisse a permanência, nos cargos, dos servidores já nomeados. Mas em relação aos candidatos na lista de espera, possivelmente prejudicados, foi sugerida a oportunidade de realização de nova prova e, em caso de bom desempenho, a oportuna nomeação para o cargo de analista. O concurso, porém, foi validado pelo TCU, o prazo de validade do resultado expirou e o MPF requereu arquivamento por perda de objeto.

Desta vez, o Sindicato espera medidas para evitar que o problema se repita, e já apresentou o requerimento quase dois meses e meio antes da realização do concurso.